

ESPAÇO SOCIAL, DESIGUALDADE E CIDADANIA NA REALIDADE BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE HENRI LEFEBVRE E JESSÉ SOUZA PARA ANÁLISE DA PRESENÇA NEGRA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL

Adriano Rodrigues José¹

RESUMO

Objetiva-se neste artigo apresentar contribuições teóricas dos intelectuais Henri Lefebvre e Jessé Souza para a elaboração do projeto de pesquisa do autor deste texto no Curso de Doutorado em Geografia, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A proposta prévia da pesquisa pretende compreender a presença da população negra no município do Rio Grande, no Rio Grande do Sul (RS), com a intenção de inferir sobre a ocorrência de processos de naturalização das desigualdades raciais, econômicas e sociais dessa parcela étnica da população e a “reserva” de certos espaços urbanos de sua inserção, tendo como ponto de análise um bairro do município do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Para tanto, serão apresentadas as contribuições das discussões e análises críticas sobre espaço social e de desigualdade e cidadania na realidade brasileira, advindas da leitura de textos dos autores Henri Lefebvre e Jessé Souza, respectivamente, como parte da fundamentação teórica para a construção da pesquisa do nosso doutorado.

Palavras-chave: Espaço Social; Geografia; Desigualdade; Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma proposta de estudo geográfico do espaço urbano a partir da presença da população negra no Bairro Getúlio Vargas (BGV), no município do Rio Grande, localizado no Rio Grande do Sul (RS). Tal estudo faz parte do itinerário de doutoramento do autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e está na fase de pré-qualificação como projeto de pesquisa. A proposta de estudo origina-se de duas vontades: uma de cunho afetivo devido ao pertencimento a um dado lugar, e outra de caráter intelectual, ambas alinhando-se a um processo de conhecimento da realidade. Tais vontades conjugam-se para a perspectiva de que o estudo coloque em discussão e

¹ Doutorando em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Servidor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre

problematize a presença da população negra no espaço urbano, algo que não é recorrente se encontrar no contexto do município de Rio Grande e no RS.

Na constituição como sujeito, incluindo-se os contextos formativos pessoais, a percepção crítica da realidade foi algo a ser constituído através do exercício reflexivo lento e persistente. Dentre esses contextos formativos, a origem socioeconômica do contexto familiar materno ficou presente nas memórias infantis, enraizadas boa parte no Bairro Getúlio Vargas (BGV), no município do Rio Grande, no sul do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Segundo Cledir Lopes (2008), o nome dado ao bairro ter-se-ia dado depois da industrialização e da urbanização de algumas de suas partes, assim como a delimitação dos seus limites na década de 1950. Anteriormente, o lugar era conhecido como Vila do Cedro, sendo comumente ouvirmos o uso das expressões “morador do Cedro” e “morador do BGV” como referências a este lugar. (Lopes, 2008, p. 12). Parte-se desse lugar como proposta inicial para os estudos de doutorado.

Durante o processo final de escrita da dissertação do Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da UFRGS foi possível ter contato com os registros das discussões sobre a implantação do Programa de Ações Afirmativas na Universidade, obtidos através da leitura de algumas atas do Conselho Universitário (CONSUN) dessa instituição. Numa das atas notou-se que a discussão entorno das cotas para negros tomou (e ainda toma) um aceno fortemente acalorado de discussões e estranhamentos quanto o assunto “raça” entra na discussão. Ou seja, percebeu-se o estranhamento quanto ao critério racial, demonstrando uma dificuldade intrínseca na sociedade e que se materializa na fala de se discutir e reconhecer a questão racial. Afinal, “o que temos nós, negros (...) que causa tanto pavor e horror à sociedade brasileira” (Bertúlio, 2006, p. 7)¹?

A consciência pessoal entorno da identidade negra confunde-se com a busca do entendimento das origens identitárias, situação que se torna um fardo devido à dificuldade de encontrar registros físicos e orais quanto as origens dos antepassados. Tal situação, na nossa opinião, advém do processo de “esquecimento das origens”, forçado, intencional e combinado, consequência da dificuldade de registros oficiais fidedignos da

¹ Fragmento retirado de uma reportagem sobre cotas na UFRGS publicada em: Jornal da Universidade. Porto Alegre, RS. Ano IX, nº 91, setembro/2006, p. 7. Disponível em: <https://issuu.com/jornaldauniversidade>. Acesso: dia 18 de outubro de 2018.

presença negra escrava nas origens da Vila do Rio Grande de São Pedro, com a chegada de escravos via porto devido a falta “de censos demográficos, listas de escravos e de registros paroquiais precisos” (Torres, 2008, p. 102). Isto perpetua um *modus operandi* de negação da história da presença, de suas lutas, de seus possíveis anseios e esperanças, das suas reais fragilidades advindas de um processo histórico de pós-abolição.

A discussão importante a ser feita, no meu ponto de vista, é: tentar compreender como os processos escravistas no Rio Grande do Sul, com suas percepções e disseminação de visões de mundo naturalizadas, contribuíram e contribuem para que determinados práticas sociais e destinação de espaços urbanos no município do Rio Grande sejam expressão da segregação de sujeitos negros e negras. Ainda, é salutar compreender como tais processos naturalizam a percepção das desigualdades raciais e socioeconômicas e como agem para reforçar uma noção, a priori, de que certos sujeitos não possuem direitos de acessarem melhores condições territoriais de sobrevivência devido à cor de sua pele.

Busca-se neste artigo apresentar contribuições teóricas dos intelectuais Henri Lefebvre e Jessé Souza para o projeto de pesquisa no Curso de Doutorado em Geografia do POSGEA/UFRGS. Serão feitos apontamentos feitos por esses autores nas obras descritas a seguir:

a) Da parte de Henri Lefebvre, com a temática sobre espaço social, serão apresentadas as contribuições dos capítulos “Introdução” e “O espaço” contidos na sua obra intitulada “*Espaço e política*”, publicada originalmente na língua francesa no ano de 1972 e traduzida para o português em 2008 pela Editora UFMG;

b) Da parte de Jessé de Souza, apresentar-se-á suas reflexões sobre questões como desigualdade social e cidadania na realidade brasileira, a partir de duas publicações desse autor, um artigo e um livro, a saber: um artigo publicado no ano de 2004 na Revista Brasileira de Ciências Sociais, intitulado “*Gramática social da desigualdade brasileira*”, e um livro publicado em 2003 cujo título é “*A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*”.

Foram realizadas as leituras das obras desses dois autores procurando anotar as ideias e discussões contidas no conjunto dos seus textos e responder a esta(s)

pergunta(s): qual(is) contribuição(ões) trazem para a projeto de pesquisa do doutorado? Quais lacunas da proposta de pesquisa podem ser dirimidas com as discussões que apresentam? Nos parece que através das leituras dos autores podemos alargar o conhecimento da realidade, aliado à inspiração que fornecem para que tenhamos cuidados metodológicos durante o processo de elaboração da pesquisa e de sua realização. Sabemos que o assunto não será esgotado neste texto, podendo outras questões serem percebidas durante o período de estudos no doutorado.

2. ESPAÇO SOCIAL E DIREITO À CIDADE EM HENRI LEFEBVRE

Inicialmente, percebemos que Lefebvre (2008) no capítulo introdutório faz um esforço para elaborar uma teoria do espaço social a qual seja compreendida através da “análise crítica da realidade” e “da vida cotidiana”. Em torno disso, pensa-se que a questão de compreender a presença negra no município do Rio Grande/RS deva partir de um esforço investigativo de análise da realidade, do espaço do bairro e da cidade, do cotidiano social das relações humanas, percebendo-se criticamente os contextos que compõem e compuseram a realidade a ser estudada.

Para exemplificar isso, Lefebvre (2008) nos coloca que

“A análise se refere ao conjunto das atividades prático-sociais, na medida em que elas se imbricam num espaço complexo, urbano e cotidiano, assegurando até certo ponto a reprodução das relações de produção (relações sociais). Através desse espaço atual, de sua crítica e de seu conhecimento, alcança-se o global, a ‘síntese’”. (Lefebvre, 2008, p. 18)

A partir da análise crítica do espaço, dever-se-ia diferenciar o “habitar” do “habitat”, noção esta que carrega uma função que pode ser determinada, isolada e localizada e faz parte de uma prática da “burocracia estatista”, do “ordenamento do espaço segundo as exigências do modo de produção (capitalista)” (Lefebvre, 2008, p.21).

Assim, somos instigados a pensar que o ordenamento de uma certa porção do espaço, por exemplo um bairro, não está desconexo de processos e fatores que fazem parte do modo de produção capitalista. Há que se criticar procedimentos vigentes, classificados como desastrosos por Lefebvre (2008) e responsáveis pela fragmentação do espaço social, cujas consequências são traduzidas em falsas análises, acríicas, de projetos de ordenamento do espaço urbano. Para Lefebvre (2008), “não se trata de

localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função, mas, ao contrário, trata-se de espacializar uma atividade social ligada a uma prática no seu conjunto, produzindo um espaço apropriado”. (Lefebvre, 2008, p. 21-22).

Fica evidente ao nosso ver que a crítica do autor se centra:

a) no fato de que tal procedimento de ordenamento do espaço urbano coloca este mesmo “espaço” num patamar de neutralidade, de indiferença a priori do estabelecimento de vínculos nele;

b) de que na fragmentação do espaço social haveria a prevalência de projetos objetivos e claros como “projeções visuais sobre o papel e sobre o plano de um espaço desde o início postiço” (Lefebvre, 2008) – neste ponto parece-nos que o termo “postiço” utilizado pelo autor refere-se ao fato de que este espaço (do modo de produção capitalista) não é real por que não partiria das práticas cotidianas das pessoas, dos lugares etc.;

c) que a análise do espaço não se deveria “localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função”, mas sim de buscar “espacializar” uma determinada “atividade social, ligada a uma prática no seu conjunto, produzindo um espaço apropriado” (Lefebvre, 2008, p. 22) – nota-se o entendimento do autor de que a análise do espaço social, urbano e cotidiano deva ser feita na sua totalidade.

Para Lefebvre (2008), o que denomina de “desenho” do espaço se torna uma forma de representação, uma codificação desse mesmo espaço, que seleciona conteúdos e elimina alguma parte daquilo que chama de “real”, fazendo um filtro da realidade espacial (Lefebvre, 2008). Para ele, “essa filtragem vai mais longe que uma especialização ideológica ou que a ideologia de uma espacialidade. **Ela corre o risco de ocultar a demanda social.**” (Lefebvre, 2008, p. 26, grifo nosso)

O risco do ocultamento de uma demanda social de uma forma ideológica de espacialidade é real, por exemplo, nas formas como o planejamento urbano e/ou até mesmo o plano diretor são conduzidos no âmbito de um município. Se através de audiências públicas, todos os cidadãos, ou através de seus representantes escolhidos, possuem a possibilidade real de serem ouvidos/escutados nas suas demandas e, posteriormente, serem atendidos total ou parcialmente, mas concretamente, ou se mesmo com a realização de audiências as demandas sociais são silenciadas, negadas.

Para reforçar e defender a necessidade de uma noção de espaço real, porque seria expressão do encontro possível “de todos os ‘objetos’ e ‘sujeitos’ contidos nele, continua afirmando que

Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O *direito à cidade* legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. **Esse direito do cidadão** (se se quiser falar assim: do ‘homem’) **anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que a estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos.** Do mesmo modo, o *direito à cidade* estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas ‘necessidades’, em geral mal conhecidas, a certas ‘funções menosprezadas, mas, por outro lado, transfuncionais: a ‘necessidade’ de vida social e de um centro, a necessidade e a função lúdicas, a função simbólica do espaço (...). (Lefebvre, 2008, p. 32, grifo nosso)

Nesse trecho é importantíssimo frisar a inserção do conceito “direito à cidade” por parte de Lefebvre (2008), termo melhor desenvolvido em um livro traduzido e publicado em 2001 no Brasil. Pensamos que é interessante ver como Lefebvre (2008) no trecho acima é claro no entendimento do que defende ser um direito à cidade. Ele afirma que o direito à cidade significaria a “constituição” ou “reconstituição” da “unidade espaço-temporal” como forma de substituir uma fragmentação. A unidade, segundo ele, não eliminaria os confrontos e as lutas (Lefebvre, 2008).

Posto desse jeito, o direito à cidade “implica e aplica um conhecimento de uma produção, a do espaço” (Lefebvre, 2008, p. 33). Tal definição corrobora com a afirmação do autor de que “Marx substituiu o estudo das coisas pela análise crítica da atividade produtora das coisas” (Lefebvre, 2008, p. 33). Ou seja, parece-nos que Lefebvre (2008) defende que ao se estudar o espaço devemos analisar criticamente as atividades produtoras desse mesmo espaço como forma de gerar um conhecimento aprofundado e real dele.

Mais adiante, no capítulo da “Introdução”, Lefebvre (2008) expõe

(...) que **só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (no modo de produção), pode permitir a entrada, na prática, do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem.** Um tal desenvolvimento **supõe uma orientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua ‘finalidade’, nem visaria mais a acumulação** (exponencial), por si mesma, **mas serviria a ‘fins’ superiores”**. (Lefebvre, 2008, p. 34, grifo nosso)

Deste trecho fica claro a compreensão de que forma poderia acontecer a entrada do direito à cidade e de outros direitos do cidadão: o desenvolvimento necessita ser orientado por um crescimento econômico baseado em outras finalidades diferentes da acumulação do capital, entendidas por ele como “fins superiores”. Mas como isso poderia ser procedido na prática cotidiana?

Seguindo adiante nas contribuições do texto de Lefebvre (2008) partimos para os destaques feitos na leitura do capítulo intitulado “O espaço”.

O autor afirma que “há uma diversidade de métodos de estudo do espaço, levando-se a diferentes níveis, de reflexão, de recorte da realidade objetiva” (Lefebvre, 2008, p. 36). Neste trecho percebemos, ao nosso ver, uma provocação construtiva. A de que o estudo do espaço não seja feito somente a partir de um único viés interpretativo. Ou seja, o autor nos provoca a pensar e rever que no estudo do espaço urbano, por parte da Geografia, necessitamos do aporte teórico e metodológico de outras ciências sociais como forma de nos auxiliar na análise e compreensão do espaço geográfico.

Deste trecho fica a provocação, como doutorando pesquisador de Geografia, de que os estudos desta ciência precisam ser sempre revisitados, articulados à uma noção de totalidade do espaço e não de fragmentação da sua análise. Ao pesquisar sobre a presença negra no município do Rio Grande/RS, será necessário debruçar-se sobre a historicidade dessa presença, com os discursos históricos e atuais envolvidos, de como o contexto societário da cidade foi e têm sido construídos em relação a essa temática negra.

(...) é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, precisamente quando não se pode deduzi-lo desse sistema, dessa lógica, dessa totalidade. É preciso, ao contrário, mostrar sua função nessa perspectiva (prática e estratégica). (Lefebvre, 2008, p. 39)

Isto nos diz que a nossa própria ciência, a Geografia, ao ter como objeto de seus estudos “o espaço”, necessita que mostre as suas funcionalidades na perspectiva de compreender as realidades como formando uma totalidade. Quiçá seja possível compreender como o bairro, com toda sua organização e vida, se insere nessa totalidade entendida aqui como o espaço urbano do município.

Ao tratar do “ponto de vista de classe”, Lefebvre (2008) coloca que

(...) é impossível metodologicamente partir dele, é preciso chegar a ele. Partir do ‘ponto de vista de classe’ e pressupô-lo, à maneira de um sistema oposto ao

sistema existente, é rejeitar o saber existente como integrante do sistema e construir um outro 'sistema' sobre a recusa desse saber, e, não obstante, utilizando seus elementos, seus fragmentos, sua terminologia, suas palavras e seus conceitos. **Aqui há um dilema: se estamos encarcerados num certo sistema, nossas palavras e nossos conceitos fazem parte dele. O projeto de quebra-lo é vão.** (Lefebvre, 2008, p. 39, grifo nosso)

Parece-nos que o autor nesse trecho quis colocar a seguinte questão: é necessário, no movimento de analisar o espaço criticamente, atuar na análise da constituição do sistema vigente (modo capitalista de produção e reprodução das relações sociais), levando-o em conta, percebendo o que dele estaria impregnado na nossa visão de mundo e, portanto, de vê-lo, entendê-lo. Aqui, tal contribuição de Lefebvre (2008) é crucial e interessante. Nos fornece a noção de termos um certo cuidado metodológico, e quiçá existencial (na nossa forma de estar no mundo).

Fica claro que Lefebvre (2008) que fazer uma exposição de uma problemática definida, no nosso entender cristalina: de tratar e discorrer sobre o “espaço vivido, vinculado à prática social”. Afirmar claramente que

Toda definição do espaço, ou pesquisa sobre o espaço, implica um conceito de espaço, no mínimo, para enunciar e classificar as proposições. Nessa problemática, o espaço é um 'puro' objeto da ciência. **No que concerne ao 'vivido', o espaço nunca é neutro e 'puro'.** O que já coloca uma distância entre a problemática do espaço vivido e a do espaço epistemológico, posto como neutro. (Lefebvre, 2008, p. 40, grifo nosso)

Lefebvre (2008) procura nos mostrar que “a cilada na qual a burguesia captura a classe operária acaba sendo, no limite, sua própria armadilha: espaço doentio ou espaço de doença social” (Lefebvre, 2008, p. 47). Para ele, não haveria uma representação “inocente” do espaço, mas tal representação acaba por vincular os valores da sociedade burguesa, nas suas noções de valor de troca e de mercadoria, cultivando assim um “fetichismo” nas mentes e nas práticas sociais (Lefebvre, 2008).

A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deverá defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. **Essa re-produção das relações de produção** não coincide mais com a reprodução dos meios de produção: ela **se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres, da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro.** (Lefebvre, 2008, p. 47-48, grifo nosso)

Tal perspectiva, para Lefebvre (2008) no espaço, uma conexão coercitiva

(...) se efetua por meio de um sistema de acessos às partes deslocadas: o espaço, ao mesmo tempo informe e duramente constrangedor das

periferias e dos subúrbios; onde os cortiços, as favelas, as cidades de urgência completam os subúrbios residenciais; onde as normas reinam, prescrevendo as utilizações do tempo, enquanto se devota ao espaço toda espécie de discursos, interpretações, ideologias e valores ‘culturais’, artísticos etc.” (Lefebvre, 2008, p. 49, grifo nosso)

Em uma forma de estabelecer a noção de “espaço deslocado e unificado”, Lefebvre (2008) contribui com a seguinte colocação:

Os lugares de lazeres, assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecem independentes do trabalho e ‘livres’. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. **Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são os lugares da recuperação.** Tais espaços, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. É um típico exemplo do espaço ao mesmo tempo deslocado e unificado.” (Lefebvre, 2008, p. 50, grifo nosso)

É importante destacar o trecho acima pois nos fornece um esclarecimento importante e interessante sobre as formas como se estabelecem em nossa sociedade (capitalista) para que sejam impregnados nos sujeitos a percepção de uma naturalidade sobre como o espaço urbano está e é organizado.

Continuando na leitura do capítulo, não se poderia deixar de expor o que segue, pois nos remete a pensar nas formas como a mobilidade urbana é pensada, planejada e/ou modificada – é possível indagar sobre as finalidades do “tempo” no espaço, nas cidades:

A esse espaço, cujas ‘propriedades’ situam-se na articulação da forma e do conteúdo, corresponde um tempo que tem as mesmas ‘propriedades’. O tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso etc. Ele se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade. **O tempo ‘perdido’ não o é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele. O pretense ‘tempo livre’ é apenas o tempo separado e mantido como tal nos quadros gerais. Quanto ao tempo imposto, aquele dos transportes e das formalidades, já se sabe como ele se vincula de maneira deslocada ao tempo do trabalho.**” (Lefebvre, 2008, p. 50, grifo nosso)

Isto nos diz muito sobre a questão de como a mobilidade urbana é organizada a partir da perspectiva do modo de produção vigente. De como sua força se cristaliza no espaço urbano, nas formas de como os cidadãos da cidade organizam a sua própria mobilidade.

Por fim, parece-nos que assertiva a seguir do autor nos instiga a elucidar, não ingenuamente, processos e formas pelas quais o espaço urbano foi e está se

organizando. No dizer do autor “o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado” (Lefebvre, 2008, p. 57, grifo nosso).

3. DESIGUALDADE E CIDADANIA NA REALIDADE BRASILEIRA EM JESSÉ SOUZA

Realizada a primeira parte em que foram trazidas as contribuições de Henri Lefebvre, procederemos com uma aproximação em torno das reflexões do sociólogo Jessé José Freire de Souza, ou Jessé Souza, sobre questões como desigualdade social e cidadania na realidade brasileira. Para tanto, foram escolhidas duas publicações do autor, a saber: a) artigo publicado no ano de 2004 na Revista Brasileira de Ciências Sociais, intitulado “*Gramática social da desigualdade brasileira*”²; e b) livro publicado em 2003 cujo título é “*A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*”.

No conjunto dessas duas referências, Souza (2003; 2004) pretende desenvolver uma argumentação consistente de que no Brasil há uma cidadania precária que social e culturalmente naturaliza as relações sociais desiguais. O sociólogo pretende expor que a naturalização da desigualdade é uma consequente produção do que chama de *subcidadãos*, configurando-se como um fenômeno de massa em países periféricos, incluindo-se o Brasil. Tal naturalização teria a possibilidade de melhor ser entendida como resultante de um intenso e efetivo processo de modernização iniciado e implementado aos poucos no país a partir do início do século XIX (SOUZA, 2003; 2004).

Para tanto, o autor aponta dois passos articulados entre si, que podem ser resumidos em reconstruir uma versão sociocultural da temática marxista que trata da *ideologia espontânea do capitalismo*; para em seguida fazer a reflexão em torno de sua aplicação no contexto que o autor chama de *modernidade periférica* (SOUZA, 2004). Primeiramente, cita que seria produtivo confrontar uma ideia (ou *insight*, como chama)

²SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. Revista brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, n. 54. p. 79-97. 2003.

não totalmente desenvolvida por Max Weber na sua sociologia das religiões a outras duas promissoras abordagens críticas da sociologia, a saber: teoria crítica do reconhecimento do filósofo Charles Taylor e a sociologia de Pierre Bourdieu.

Em Souza (2004), o autor cita a perspectiva de Weber atribuindo-lhe o interesse inicial em analisar comparativamente o racionalismo ocidental com as grandes religiões orientais, procurando esclarecer os motivos de apenas no Ocidente haver o surgimento e consolidação de um tipo de sociedade denominada capitalista, moderna e ocidental que impôs transformações estruturais que repercutiram (e ainda repercutem) em todas as esferas da vida social. Tais transformações proporcionadas pela expansão da sociedade capitalista deram-se através de duas instituições: o Estado racional centralizado no seu monopólio da violência e de poder disciplinador, e o mercado capitalista com seu arcabouço técnico e material.

A partir disso, Souza (2004) procura avançar na tarefa de conceber uma alternativa acerca da lógica que está implícita no funcionamento dessas duas instituições, procurando apoiar-se numa necessária reconstrução do que chama de *ideologia espontânea do capitalismo*. O autor esclarece que para ele *ideologia* refere-se a hierarquias valorativas implícitas e opacas à consciência cotidiana que perpassam tanto o mercado como o Estado,

cuja naturalização (...) é responsável pela legitimação da ordem social que essas instituições atualizam. A compreensão dessa “ideologia espontânea” é fundamental para que possamos perceber a importância do componente simbólico e cultural na produção social da desigualdade e da subcidadania (...). (Souza, 2004, p. 81)

Com o objetivo de esclarecer a hierarquia valorativa impregnada nas noções de mercado e de Estado, o autor acrescenta as reflexões de Charles Taylor para o qual houve o interesse por uma hermenêutica do espaço social pela qual faz a crítica do

(...) “naturalismo” da prática científica e da vida cotidiana, como meio de articular precisamente a configuração valorativa implícita ao racionalismo ocidental, que dá ensejo (...) a um tipo específico de hierarquia social e a uma noção singular de reconhecimento social baseada nela. Sua crítica à concepção reificada de Estado e mercado como grandezas sistêmicas (...) parece-me certa e decisiva para uma compreensão mais adequada do processo de expansão do racionalismo ocidental do centro para a periferia, o qual se realiza pela exportação dessas instituições como artefatos prontos (...). (Souza, 2004, p.81-82)

Em relação a definição de “naturalismo”, Souza (2006), baseando-se em Taylor, relaciona-a com a “(...) tendência moderna (...) de desvincular a ação e a experiência humana da moldura contextual que lhe confere realidade e compreensibilidade” (Souza, 2006, p. 23). Diante disso percebe-se a intenção de Souza (2004; 2006) de buscar em Taylor estratégias interpretativas acerca da hierarquia valorativa impregnada e materializada nas instituições Estado e mercado, e como esta se constituiu e evoluiu no sentido de possuir uma eficácia social no cotidiano da sociedade de forma irrefletida e inconsciente. Além disso, bebe nos estudos tayloristas a fonte de compreensão para a noção de hierarquia social que baseia-se mais claramente

(...) em uma concepção contingente e historicamente específica de ser humano, presidida pela noção de cálculo, raciocínio prospectivo, auto-controle e trabalho produtivo como fundamentos implícitos tanto da auto-estima como do reconhecimento social dos indivíduos. (...) O vínculo social adequado às relações interpessoais passa a ser de tipo contratual (e, por extensão, a democracia liberal constitucional como tipo de governo). Em linguagem política, essa nova visão de mundo consagrar-se-á sob a forma de direitos subjetivos e, de acordo com a tendência igualitária, definidos universalmente. Taylor chama o conjunto de ideais que se articulam nesse contexto de princípio da “dignidade”; por exemplo, a possibilidade de eficiência igualitária no que diz respeito aos direitos individuais potencialmente universalizáveis. (Souza, 2004, p. 83)

Interessa a Souza saber “as repercussões da discussão acerca dos princípios que regulam (...) a nossa atribuição de reconhecimento social como base da noção moderna de cidadania jurídica e política” (Souza, 2004, p. 83). A partir de uma explicitação desses princípios se pode identificar quais mecanismos agem implicitamente na distinção social entre as classes e grupos sociais diferentes, contribuindo também para elucidar as operações simbólicas que influenciam cotidianamente os indivíduos a classificar os outros em diferentes níveis de apreço ou menosprezo (Souza, 2004). Tais princípios possibilitam que uma concepção de cidadania baseada num conjunto de direitos e deveres, dentro do contexto de Estado-nação, possa ser compartilhada pelos indivíduos a partir do pressuposto de que todos são iguais, desde que tal percepção de igualdade seja internalizada efetivamente nos indivíduos (Souza, 2004).

Em relação a isso, o tema do reconhecimento para Souza (2003) torna-se uma categoria de análise para a percepção dos dilemas e contradições do que chama de modernidade tardia nas suas dimensões existencial, social e política. Na leitura de Souza (2003), o tema do reconhecimento se relaciona às precondições sociais inerentes a

partir das quais atribuímos respeito e autoestima, podendo produzir solidariedade e auxiliar-nos na percepção de conflitos específicos na nossa atualidade (Souza, 2003).

As formas de reconhecimento são de duas perspectivas, contraditórias e especificamente modernas. Uma de caráter universal, caracterizada pelo princípio da dignidade e outra de cunho particular, cuja característica seria regida pelo princípio da autenticidade. Complementa que o reconhecimento, por estar relacionado às maneiras como atribuímos respeito e autoestima, é percebido como ligado às questões da constituição da identidade individual e coletiva (Souza, 2003).

O ideal moderno de dignidade implicaria “no uso igualitário e universal que confere a dignidade específica a todo ser humano e cidadão moderno” (Souza, 2003, p. 35). Em contraposição, o ideal de autenticidade, mais moderno e profundo que o princípio anterior, suprimiu uma definição de identidade baseada em papéis socialmente estabelecidos. Partindo-se do ideal de autenticidade, uma definição de identidade implicaria uma reação de contrariedade “em relação à pressão por conformidade social” e “uma atitude instrumental em relação a si mesmo” (Souza, 2003, p. 36).

Para Souza (2003; 2004) outra perspectiva da sociologia pode ser adensada na discussão em torno dessa temática. A perspectiva de Pierre Bourdieu, na visão do autor, pode contribuir a ir “além de um conceito de reconhecimento que assume, pelo menos tendencialmente, como realidade efetiva, a ideologia da igualdade” impregnada nas principais sociedades do Ocidente (Souza, 2004, p. 84). Para que tal tarefa seja possível, o autor afirma que as pesquisas realizadas por Bourdieu são importantes no sentido de fornecerem um aporte analítico denso das formas como a dominação ideológica de classe se expressa na modernidade tardia, produzindo e implementando institucionalmente o reconhecimento social por meio de “distinções sociais a partir de signos sociais opacos perceptíveis por todos de maneira pré-reflexiva” (Souza, 2004, p. 84).

A noção de *habitus* em Bourdieu assume um caráter importante na reflexão de Souza, pois este a considera como fundamental, permitindo enfatizar-se todo o “conjunto de disposições culturais e institucionais que se expressam na linguagem corporal dos indivíduos, transformando as escolhas valorativas culturais e institucionais” no estilo de vida particular de cada um (Souza, 2004). O *habitus* se refere a um conjunto interdependente de arranjos duráveis inculcados desde a infância “que

pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas”, que, em suma, forma “um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas” (Souza, 2003, p. 43-44). Ainda,

A própria reprodução institucional só é possível dada a existência dessas disposições ajustadas a uma finalidade, revivendo e revigorando a letra morta depositada nessas instituições. É o *habitus* que produz a “mágica social” que faz com que pessoas se tornem instituições feitas de carne. (...) As instituições, desse modo, precisam estar objetificadas não apenas em coisas e lógicas de funcionamento que transcendam os agentes, mas têm também que estar representadas nos “corpos” e em disposições de comportamento durável. (Souza, 2003, p.44-45)

Nesse ponto sobre o *habitus* em Bourdieu parece-me interessante de leva-lo em conta como essa noção materializa-se nos corpos e nas maneiras como agentes/atores públicos se expressam diante de situações formais e não-formais.

Por hora, é profícuo comentar que, segundo Souza (2003), o *habitus* possui como característica uma inércia conservadora, funcionando como um esquema de autoproteção, “tendendo a dar maior peso às experiências mais antigas, incentivando, assim, sua própria regularidade e constância” (Souza, 2003, p. 45). Assim se conformaria “o *habitus* estratificado por classes sociais”, legitimando de maneira visível e subliminar “o acesso aos recursos materiais e ideais escassos, ou seja, a ‘ideologia espontânea’ do capitalismo tardio” (Souza, 2004, p. 85).

Prosseguindo na sua reflexão o autor propõe se pensar numa pluralidade de *habitus*, pois para ele:

Se para o indivíduo o *habitus* representa a incorporação de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura socioeconômica deve implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças (Souza, 2004, p. 86)

Para Souza a burguesia conseguiu, assim, construir uma “homogeneização de tipo humano a partir da generalização de sua própria economia emocional – domínio da razão sobre as emoções, cálculo prospectivo, auto-responsabilidade etc.” (Souza, 2004, p. 87). Tal fato de se criar um tipo que transcendesse as classes sociais foi empreendido de forma consciente, sendo posteriormente aprofundado por conquistas sociais e políticas da classe trabalhadora, e que pode ser compreendido

(...) como um processo em larga escala de aprendizado moral e político de profundas consequências. Evidentemente, não equalizou as classes sociais em todas as esferas da vida, mas sem dúvida generalizou e expandiu concepções fundamentais em torno do ideal de igualdade para as esferas civis, políticas e sociais (...) (Souza, 2004, p. 87)

O autor alerta que faz essa sistemática de versar sobre as precondições sociais, econômicas e políticas do que chama de “sujeito útil, ‘digno’ e cidadão, caracterizado e “reconhecido intersubjetivamente como tal, de *habitus* primário”, para assim fazer a diferenciação desse tipo humano a outras duas realidades que as denomina de: o *habitus* precário e o *habitus* secundário (Souza, 2004).

O *habitus* precário se associa ao tipo de personalidade e de comportamento “que não atende às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade moderna e competitiva, podendo gozar de reconhecimento social” (Souza, 2004, p. 87). Por seu lado, o *habitus* secundário relaciona-se com ser fonte de reconhecimento e de possuir respeito social perante os indivíduos, pressupondo que o *habitus* primário esteja generalizado nas camadas da população de uma determinada sociedade. Em direção disso, “o *habitus* secundário já faz parte da homogeneização dos princípios operantes na determinação do *habitus* primário e institui, por sua vez, critérios classificatórios de distinção social” (Souza, 2004, p. 88).

O autor pondera sobre a necessidade de se analisar separadamente os *habitus* primário e precário, pois os mesmos possuem lógicas distintas de funcionamento. Souza claramente expõe que:

Em sociedades periféricas, o *habitus* precário – que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e os grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso, sob a forma de uma evidência social inofismável tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da exclusão – é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que a produção social de uma “ralé estrutural” é o que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedades. (Souza, 2004, p. 92)

Finalizando parte do seu pensamento, Souza (2004) explica que para os seus objetivos o fundamental é explicitar como tal “ideologia espontânea” articula-se com o componente implícito das práticas institucionais que operam nos contextos periféricos da modernidade, como no Brasil, constituindo-se assim um contexto de obscurecimento das causas da desigualdade, refletindo consequentemente nas formas de pensar questões teóricas e políticas (Souza, 2004).

Isso expressa, segundo Souza (2003), como essa ideologia do capitalismo desenvolve e mascara uma forma de dominação que não se mostra como tal, tirando o peso de agentes dominadores de terem de fazer o trabalho de reprodução das relações de dominação. Como afirma o autor

A ideologia mais bem-sucedida é precisamente aquela que não precisa de palavras e que mantém a partir do silêncio cúmplice de sistemas auto-regulados que produzem, sob a máscara da igualdade formal e da ideologia do talento meritocrático, a “sociologia dos próprios privilégios” das classes dominantes (Souza, 2003, p. 50).

Em relação aos mecanismos utilizados pela dominação social no capitalismo, Souza (2003), ao falar de Bourdieu, comenta que este aponta como aspecto a nova relação entre os diversos “capitais” no contexto de reprodução do capitalismo. Tal aspecto diz respeito ao crescimento da importância socioeconômica do “conhecimento”, ao qual Souza (2003) liga-o à questão ideológica de meritocracia do individualismo como visão de mundo, afirmando que boa parte dela,

(...) retira sua plausibilidade precisamente dessa possibilidade do indivíduo se classificar socialmente mediante seu próprio esforço pela incorporação do saber e do conhecimento (Souza, 2003, p. 52).

Por definição de luta social apoiamo-nos em Souza (2006) que assim a conceitua

A luta social é (...) a luta pelo poder de definir nos seus próprios termos, ou seja, nos termos da classe ou fração hegemônica, os esquemas classificatórios, em grande parte inconscientes e irrefletidos, que irá servir como orientação de comportamento a todas as classes sociais sob seu julgo. (...) a forma de capital simbólico específica do capitalismo avançado traduz-se na naturalização de diferenças reais em distinções que tornam intransparente o seu “modo de aquisição”, ou seja, permitem sua percepção na dimensão da vida cotidiana como características inatas de seus possuidores. A “distinção” aparece como uma diferença “merecida”, correta e justa já que supostamente se basearia nos talentos inatos de seus possuidores (Souza, 2003, p. 58)

No meu entendimento, a segregação espacial de grupos de cidadãos majoritariamente negros em alguns bairros carentes de infraestrutura social e de equipamentos urbanos efetiva-se como uma forma de dominação ideológica capitalista, sob a máscara valorativa do esforço individual em transpor “barreiras” meramente pessoais dentro do contexto de uma sociedade democrática e meritocrática (Souza, 2003).

4. ASPECTOS CONCLUSIVOS

Por fim, percebo nas contribuições de Lefebvre (2008) e de Souza (2003; 2004) possibilidades interpretativas da realidade brasileira no que diz respeito à cidadania e as desigualdades sociais, os conceitos de espaço social (concebido e vivido) e de direito à cidade, elucidando alguns pontos importantes para uma melhor compreensão dessa mesma realidade onde nos encontramos inseridos.

Penso que suas contribuições se entrecruzam em alguns pontos, partindo da exposição dos destaques feitos da leitura de Lefebvre (2008) complementando com as de Souza (2003; 2004). É importante frisar que através da leitura de suas obras percebe-se um grande esforço intelectual deles em expor seus pontos de vista, em defendê-los com argumentação consistente. A capacidade analítica de ambos, cada um ao seu modo, instigam, pois, ao debruçarem-se nas suas discussões e análises, demonstram a importância de que a pesquisa da realidade seja realizada de forma séria, sem fragmentá-la, percebendo suas partes interligadas e o seu todo, com a necessária atenção de destrinchar os aspectos que podem ficar inertes a um olhar descuidado. Nesse sentido, parece-nos que a elaboração de uma tese de doutorado, com sua respectiva pesquisa, deva-se apoiar nesse esforço.

A presente proposta de pesquisa está na sua fase inicial, não tendo sido ainda objeto de qualificação como projeto de doutorado. Pretendeu-se, ao expor parte das ideias dos autores escolhidos, demonstrar suas contribuições para a melhoria das intencionalidades e da escrita da proposta de pesquisa.

É possível imaginar, ao nosso ver, que as noções de espaço social, análise crítica da realidade e direito à cidade, por parte de Lefebvre (2008), e a argumentação de que no Brasil há uma cidadania precária que social e culturalmente naturaliza as relações sociais desiguais, por parte de Souza (2003, 2004), estarão presentes nas reflexões que forem sendo feitas ao longo da nossa pesquisa. Especialmente quando esta chegar nos momentos das pesquisas de campo, das pesquisas documentais, das possíveis entrevistas e conversas com sujeitos constituintes da pesquisa. Quiçá será possível nessa investida coletiva, e ao mesmo tempo individual, perceber a importância de que a pesquisa contribuiu para entender nosso lugar no mundo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOPES, Cledir da Conceição. **A construção social do Bairro Getúlio Vargas – Rio Grande/RS: processos e dinâmicas na formação de uma vila operária**. Rio Grande: FURG, 2008. (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia - Licenciatura Plena, versão digital cedida pelo autor).

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, n. 54. p. 79-97. 2004.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **Audiência Pública: arguição de descumprimento de preceito fundamental 186 e recurso extraordinário 597.285**.

Brasília: STF, 2010. Disponível em:

http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoaudienciapublicaacaoafirmativa/anexo/notas_taquigraficas_audiencia_publica.pdf. Acesso realizado dia 28 de dezembro de 2016.

TORRES, Luiz Henrique. **A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra**. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 101-117, 2008. Disponível em:

https://brapci.inf.br/repositorio/2010/05/pdf_0412f36e08_0010313.pdf. Acesso realizado dia 13 de janeiro de 2021.

SOCIAL SPACE, INEQUALITY AND CITIZENSHIP IN THE BRAZILIAN REALITY: THEORETICAL CONTRIBUTIONS BY HENRI LEFEBVRE AND JESSÉ SOUZA TO THE ANALYSIS OF THE BLACK PRESENCE IN THE MUNICIPALITY OF RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL.

SUMMARY

The aim of this article is to present the theoretical contributions of the intellectuals Henri Lefebvre and Jessé Souza for the elaboration of the research project of the author of this text in the Doctorate Course in Geography, offered by the Postgraduate Program in Geography (POSGEA) of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). The previous proposal of the research intends to understand the presence of the black population in the municipality of Rio Grande, in Rio Grande do Sul (RS), with the intention of inferring about the occurrence of processes of naturalization of the racial, economic and social inequalities of this ethnical portion of the population and the “reservation” of certain urban spaces of its insertion, having as point of analysis a neighborhood of the municipality of Rio Grande, in the State of Rio Grande do Sul (RS). To this end, the contributions of discussions and critical analyzes on social space and inequality and citizenship in the Brazilian reality will be presented, arising from the reading of texts by the authors Henri Lefebvre and Jessé Souza, respectively, as part of the theoretical foundation for the construction of the research of the our PhD.

Keywords: Social Space; Geography; Inequality; Citizenship.

ESPACIO SOCIAL, DESIGUALDAD Y CIUDADANÍA EN LA REALIDAD BRASILEÑA: APORTES TEÓRICOS DE HENRI LEFEBVRE Y JESSÉ SOUZA AL ANÁLISIS DE LA PRESENCIA NEGRA EN EL MUNICIPIO DE RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar los aportes teóricos de los intelectuales Henri Lefebvre y Jessé Souza para la elaboración del proyecto de investigación del autor de este texto en el Curso de Doctorado

en Geografía, ofrecido por el Programa de Posgrado en Geografía (POSGEA) de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). La propuesta anterior de la investigación pretende comprender la presencia de la población negra en el municipio de Rio Grande, en Rio Grande do Sul (RS), con la intención de inferir sobre la ocurrencia de procesos de naturalización de la población racial, económica y social. desigualdades de esa porción étnica de la población y la “reserva” de ciertos espacios urbanos de su inserción, teniendo como punto de análisis un barrio del municipio de Rio Grande, en el Estado de Rio Grande do Sul (RS). Para ello, serán presentadas las contribuciones de discusiones y análisis críticos sobre espacio social y desigualdad y ciudadanía en la realidad brasileña, provenientes de la lectura de textos de los autores Henri Lefebvre y Jessé Souza, respectivamente, como parte de la fundamentación teórica de la construcción de la investigación de nuestro doctorado.

Palabras llave: Espacio Social; Geografía; Desigualdad; Ciudadanía.

Recebido em: 09/12/2022

Aceito em: 17/11/2023